

**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIRLEG
DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA – DIVCOL**

NOTA TÉCNICA

Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 1713/2023

Dados da Audiência Pública:

- **Tema:** debater a cessão à iniciativa privada do Zoológico, do Jardim Botânico, do Aquário do Rio São Francisco e da área de visitação do Jardim Botânico, pelo prazo de 30 anos.
- **Comissão:** Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.
- **Autoria do requerimento:** Vereadora Janaína Cardoso.
- **Data, horário e local:** 31/07/2023, às 13h30, no Plenário Camil Caram.

Considerações Técnicas – Meio Ambiente

Os principais diplomas legais acerca de jardins zoológicos são a Lei Federal nº 7.173/83, a Resolução Conama nº 11/87, e a Lei Federal nº 9.985/2000.

A Lei Federal nº 7.173/83 dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos, que conceitua como qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro, ou em semiliberdade, e expostos à visitação pública, devendo a atividade atender finalidades socioculturais e objetivos científicos, para as quais dependem de autorização para a instalação e o funcionamento.

Em regra, os jardins zoológicos são particulares, mas os Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão instalá-los e mantê-los, desde que seja cumprido o que a lei dispõe. Ou seja, o Poder Público, que deve autorizar e fiscalizar os jardins zoológicos, pode instalá-los e mantê-los, mas não está liberado dos cuidados exigidos ao particular.

O art. 3º diz que “o reconhecimento oficial do Jardim Zoológico não significa, quanto aos exemplares da fauna indígena, nenhuma transferência de propriedade por parte do Estado em razão do que dispõe o art. 1º da Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967”, ou seja, os animais continuam pertencendo à sociedade.

De acordo com o Direito dos Animais na legislação brasileira, como os animais são recursos naturais, e como o meio ambiente é um bem de todos, o proprietário da área onde se localiza o zoológico e dos animais ali recolhidos não está liberado para fazer deles o que lhe aprouver, de forma que qualquer dano ser-lhe-á debitado, em termos de apenamento administrativo, civil e criminal.

Os jardins zoológicos deverão ser registrados no Ibama e serão classificados hierarquicamente de acordo com gabaritos de dimensões, instalações, organização, recursos médico-veterinários, capacitação financeira, disponibilidade de pessoal científico, técnico e administrativo e outras características. As dimensões e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante.

Em dezembro de 1987, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 11, declarou que os jardins zoológicos eram considerados Unidades de Conservação, na categoria de sítios ecológicos de relevância cultural. Através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, busca-se estabelecer regras de conservação, proteção, manejo, recuperação e outros cuidados com os mais diversos recursos ambientais existentes em áreas de especial valor ecológico.

As Unidades de Conservação são classificadas em dois grandes grupos: o das Unidades de Proteção Integral e os das Unidades de Uso Sustentável.

No primeiro grupo, de Proteção Integral, encontram-se as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios da vida silvestre. No segundo grupo, de Uso Sustentável, encontramos as áreas de proteção ambiental, as áreas de relevante interesse ecológico, as florestas nacionais, as reservas extrativistas, as reservas da fauna, as reservas de desenvolvimento sustentável e as reservas particulares do patrimônio natural.

De forma indireta, todas as unidades de conservação buscam proteger, também, os recursos da fauna, mesmo que o foco de sua atividade sejam as florestas, palco das origens e desenvolvimento das espécies animais.

Mas, especificamente, no que se refere à proteção da fauna, podemos citar os refúgios da vida silvestre e as reservas da fauna,

Dessa forma, os jardins zoológicos, mesmo que situados em áreas particulares e administrados por particulares, são considerados unidades de conservação, sendo que seu funcionamento deve ser precedido de autorização do Ibama, a quem cabe a fiscalização do cumprimento das disposições legais.

Segundo organizações de defesa do meio ambiente¹, o Brasil é um dos principais alvos dos traficantes da fauna silvestre, devido a sua imensa biodiversidade. Esses criminosos movimentam cerca de 10 a 20 bilhões de dólares em todo o mundo. O comércio ilegal de animais silvestres é a terceira maior atividade ilícita do mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas, sendo que o tráfico da fauna silvestre brasileira divide-se em três objetivos distintos:

- Animais para zoológicos e colecionadores particulares;
- Animais pra fins científicos;
- Animais para comercialização internacional em “pet shops”.

Assim, o que deveria ser uma boa ideia no sentido de oportunizar a todos o conhecimento das espécies como primeiro passo para respeitá-las, acaba se transformando em fonte de lucro ilícito para alguns. Em função dessa real possibilidade é que as autoridades devem manter estreita fiscalização sobre a existência e o funcionamento dos zoológicos, de modo a impedir maus-tratos aos animais e destruição ambiental.

A manutenção de jardins zoológicos não deve servir apenas à curiosidade de uns e ao ganho econômico de outros, mas ser a oportunidade de ter, à disposição da sociedade, um espaço físico privilegiado de conhecimento, estudos, pesquisas e desenvolvimento de técnicas para aumentar a qualidade de vida dos animais.

¹ Site da internet: <http://www.ambientalbrasil.com.br>

Considerações Técnicas – Administração Pública

Em 26 de junho de 2023, a Prefeitura de Belo Horizonte publicou edital de licitação² para a concessão de uso oneroso do Jardim Zoológico, da área de exposição do Jardim Botânico e do aquário do rio São Francisco. A licitação observará a modalidade concorrência e seguirá os preceitos da Antiga Lei de Licitação (Lei nº 8.666/1993) – cuja vigência foi estendida até o dia 30 de dezembro pela Lei Complementar nº 198/2023.

O edital prevê condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica. Nesse sentido, exige-se, como qualificação técnica, a apresentação de atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada que comprove que o concessionário conta com 12 meses ou mais de experiência como responsável pela administração de empreendimentos turísticos, comerciais ou de lazer que tenham fluxo anual de pelo menos 200 mil pessoas. Admite-se também a apresentação de vários atestados cujo somatório de tempo de experiência totalize no mínimo 12 meses, desde que um atestado sozinho comprove ao menos 50% do quantitativo exigido.

Vencerá aquele que atender todas as condições de habilitação e ofertar o maior valor de outorga, cujo montante mínimo foi fixado em R\$720.973,04. Destaca-se que o valor do contrato de concessão foi estimado em R\$ 2.639.338.000,00 e o valor total estimado do investimento foi de R\$ 233.120.000,003.

O concessionário deverá constituir uma Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de sociedade por ações, com sede no Município de Belo Horizonte. Sua finalidade será a exploração do objeto do contrato, logo, observados os limites e a vocação das unidades concedidas, caberá a ele gerir, reformar, requalificar e mantê-las, além de executar e explorar serviços associados. Para tanto, pode ser exigido a obtenção de licenças ou autorizações específicas.

A concessão de uso oneroso do Jardim Zoológico, da área de exposição do Jardim Botânico e do aquário do rio São Francisco já vem sendo cogitada há alguns anos. Em julho de 2019, a Prefeitura de Belo Horizonte publicou Procedimento de Manifestação de Interesse para divulgar seu interesse em firmar parceria com o setor privado e permitir a

² https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/licitacoes/fazenda_licitacoes_cc_004_edital.pdf

³ Esses dados constam nos itens 21.20, 21.21 e 21.23 do edital.

apresentação de estudos em estruturação de projetos. Em julho de 2020, a Prefeitura recebeu os primeiros levantamentos de uma empresa especializada em estudos para investimentos privados. O corpo técnico do Executivo complementou e consolidou os levantamentos até maio de 2022 e, em agosto do mesmo ano, lançou-se Consulta Pública ao Mercado. Agora, com a publicação do edital, inicia-se a licitação propriamente dita.

É relevante esclarecer que a celebração da concessão de uso não transfere ao particular a propriedade sobre as áreas, mas tão somente a prerrogativa de usá-las por prazo determinado nos termos estipulados. Não há que se falar, portanto, em privatização. Não obstante, o Poder Público perderá a gestão direta sobre as áreas pelo período de 30 anos – tempo de duração da concessão – e passará a atuar majoritariamente na fiscalização da execução contratual.

Legislação de Referência

Federal:

- Lei nº 7.173/1983 - "Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências."
- Lei nº 8.666/1993 - "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências."
- Lei nº 8.987/1995 - "Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências."
- Lei nº 9.074/1995 - "Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências."
- Lei nº 11.079/2004 - "Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública."
- Lei nº 14.133/2021 - "Lei de Licitações e Contratos Administrativos."

Municipal:

- LOMBH, arts. 31-35
- Lei nº 9.038/2005 - "Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público - Privadas."
- Lei nº 11.375/2022 - "Institui o plano de carreira dos ocupantes dos cargos efetivos da FPMZB, concede reajustes remuneratórios e dá outras providências."
- Decreto nº 16.694/2017 - "Dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e dá outras providências."
- Decreto nº 18.325/2023 - "Dispõe sobre o processo de Manifestação de Interesse e institui o Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse para apresentação de projetos e estudos que subsidiem a estruturação de Parceria Público-Privada, concessões, permissões, desestatizações, parcerias estratégicas e arrendamentos de bens públicos no âmbito municipal do Poder Executivo."
- Decreto nº 18.360/2023 - "Dispõe sobre o marco temporal de transição entre as Leis

federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os arts. 1º ao 47-A da Lei federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021."

- Consulta Pública nº 001/2022 - FPMZB

São essas as considerações desta Consultoria.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2023

Bethânia Melo Boechat
Consultora Legislativa de Meio Ambiente

Bárbara Batalha
Consultora Legislativa de Administração Pública, Orçamento e Finanças